

1. Contexto operacional

A Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos ou “Dimed” e suas controladas (conjuntamente a “Companhia”), sediada em Eldorado do Sul/RS, tem como atividades básicas o comércio de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos. Para suportar suas vendas, a Companhia conta com centros de distribuição nos Estados do Rio Grande do Sul e Espírito Santo, além de 473 lojas distribuídas entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

A controladora é uma sociedade anônima listada na B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO (“PNVL3”, “PNVL4”).

O Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda., empresa controlada, atua no segmento industrial, produzindo uma vasta gama de produtos nos segmentos de cosméticos, alimentos, medicamentos e terceirização de produção. A Empresa é responsável pela maior parte da produção da linha de produtos da marca própria da rede de farmácias da Companhia.

A controlada Dimesul Gestão Imobiliária Ltda. tem por objetivo a compra, venda, intermediação, loteamento, arrendamento, aluguel, gestão e administração de imóveis próprios ou de terceiros, com vistas a centralizar e otimizar a administração dos imóveis da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2021.

Impactos COVID-19

Mesmo com a continuidade dos efeitos da pandemia frente à economia e saúde no ano de 2020, no 4T20 a Companhia continuou realizando a avaliação dos impactos da COVID-19 em suas operações, mantendo a mesma percepção dos trimestres anteriores, sem identificar aumento significativo no risco de crédito de contas a receber de clientes que pudesse impactar na reavaliação de suas premissas de provisão. No que tange ao *impairment* de seus ativos, a Companhia também não identificou impacto adverso relevante em suas disponibilidades, estoques e ativos permanentes, principalmente em face às liberações ocorridas em relação às regras do distanciamento social, às quais foram flexibilizadas no decorrer do 4T20.

1. Contexto operacional--Continuação

Impactos COVID-19--Continuação

Cabe destacar que neste período uma parcela relevante da demanda migrou para o atendimento remoto, com um crescimento das vendas pelos canais digitais (site e App), pelo telefone (Alô Panvel) e pelo WhatsApp das lojas. Pelo fato de sermos um dos pioneiros no conceito Omnichannel implantado em 100% das lojas, conseguimos reagir e atender rapidamente esta mudança brusca nos hábitos de consumo.

No período de 12 meses, inauguramos um total de 44 lojas, sendo 21 lojas no quarto trimestre de 2020, sendo que no mesmo período decidimos por encerrar/transferir 7 lojas, pois essas possuíam uma baixa capacidade de melhorar a performance em um cenário pós-pandemia. Finalizamos o quarto trimestre com um total de 473 lojas em operação.

Em maio de 2020, o IASB emitiu alterações à IFRS 16 – *Leases* referentes a benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento. Em 07 de julho de 2020, a CVM, através da Deliberação nº 859/20, aprovou alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, que equivale a IFRS em questão.

Como expediente prático, o arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício concedido em um contrato de arrendamento, relacionado a COVID-19, é uma modificação do contrato de arrendamento e, assim, contabilizar as mudanças resultantes nos pagamentos de arrendamento no resultado do período. A Companhia aplicou o expediente prático a todos os benefícios concedidos em contratos de arrendamento em consonância com os requisitos da Deliberação CVM nº 859/20 (nota 28).

Para não correr riscos no nível de serviço, reforçamos o quadro de nossos centros de distribuição, de nossas lojas *delivery* e de nosso *call center*, além de ter investido em um novo CD na cidade de São José dos Pinhais/PR, que entrou em operação no mês de janeiro de 2021, e termos inaugurado mais três minis CD's em mercados estratégicos para o atendimento desta crescente demanda de vendas no formato online: i) Canoas/RS inaugurado em agosto de 2020; ii) São Paulo/SP inaugurado em dezembro de 2020; e iii) Caxias do Sul/RS, inaugurado em janeiro de 2021.

Por fim, no dia 22 de julho de 2020, a Companhia realizou com sucesso uma operação de Re-IPO no valor de R\$1.037 milhões. A oferta foi 46% primária e o uso dos recursos está atrelado ao investimento em novas lojas, tecnologia da informação e infraestrutura de logística. Este projeto reforça o compromisso do Grupo Dimed com o crescimento para os próximos anos e cria condições para que ele se dê em bases sustentáveis, através de uma estrutura de capital robusta.

2. Políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão relacionadas nos subitens descritos abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras são com base no custo histórico, e requerem o uso de determinadas estimativas contábeis que afetam os saldos das contas patrimoniais e de resultado, assim como o exercício de julgamento por parte dos membros da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Os reflexos mais significativos nas rubricas contábeis que envolvem o uso de estimativas ou que requerem julgamentos de maior complexidade estão divulgados na Nota 3.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas:

Empresa	Atividade	Participação direta	
		2020	2019
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda.	Produção de cosméticos, alimentos, medicamentos e terceirização de produção.	99,99%	99,99%
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.	Gestão e administração de imóveis próprios e/ou de terceiros.	99,99%	99,99%

Empresa	Atividade	Participação indireta	
		2020	2019
Lifar Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda.	Distribuidora de produtos farmacêuticos.	99,97%	99,97%

Essas demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. As práticas contábeis adotadas pela Controlada foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Companhia. Quando aplicável, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

O período das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

O resultado do exercício é atribuído integralmente aos acionistas controladores uma vez que a participação dos não controladores representa 0,01% do consolidado.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de março de 2021.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, sendo de responsabilidade deste as principais decisões estratégicas da Dimed.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.5. Instrumentos financeiros

2.5.1. Classificação

A Dimed mensura seus ativos financeiros ou passivos financeiros inicialmente a valor justo acrescido, para um item não mensurado ao valor justo, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

2.5.2. Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, não sendo reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, exceto em caso de mudanças no modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros.

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se for mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a Dimed tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

2.5.2. Classificação e mensuração subsequente--Continuação

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no “resultado financeiro”.

A Dimed avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo ou grupo de ativos financeiros. A análise para evidenciar se há *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na Nota 2.5.4.

2.5.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reconhecido no balanço patrimonial quando há um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Dimed reportou no balanço patrimonial o valor líquido da compensação dos valores de aportes de fornecedores registrados originalmente no passivo, onde são registrados os recebimentos de verbas através de depósito, descontos ou bonificações com a conta corrente de verbas registrado no ativo, onde são registrados os títulos emitidos contra os fornecedores, o valor líquido foi registrado no ativo na linha “Outras contas a receber”.

2.5.4. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

2.5.4. Redução ao valor recuperável (Impairment)--Continuação

Ativos financeiros não derivativos--Continuação

Instrumentos financeiros e ativos contratuais--Continuação

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

2.5.4. Redução ao valor recuperável (Impairment)--Continuação

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Dimed. As contas a receber de clientes na sua totalidade possuem curto prazo de recebimento, não possuindo caráter de financiamento e são consistentes com as práticas de mercado, sendo classificados no ativo circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para devedores de liquidação duvidosa (*impairment*), pela provisão de descontos financeiros.

2.7. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição, líquido das bonificações, e o valor líquido de realização, incluindo as provisões para cobrir eventuais perdas.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados para concretizar a venda.

2.8. Verbas contratuais

A Companhia possui diversas transações relacionadas a negociações comerciais na compra de mercadorias representada por acordos comerciais onde produtos podem ser comercializados em conjunto com outras mercadorias ou com descontos os quais são, substancialmente, negociações promovidas pelos fornecedores nos pontos de venda da Companhia em diversas formas. Essas negociações são individuais e distintas entre os fornecedores e podem apresentar característica e natureza complexas.

Tais transações referem-se a descontos financeiros concedidos por laboratórios, abatimentos por metas de volume, verbas de marketing e publicidade, divulgação de ofertas em catálogo próprio, possuindo uma gama de condições e características individuais, como bonificações em mercadorias, aportes financeiros, redução dos valores de compra, descontos comerciais, entre outros. A Companhia reconhece o resultado desses acordos comerciais a crédito do custo das mercadorias vendidas tendo como contrapartida um valor em outras contas a receber.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Imobilizado

Os bens do imobilizado são avaliados pelo valor do custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos ou seus valores reavaliados a valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na Nota 12.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.10. Intangível

Os ativos intangíveis são representados pela locação de ponto comercial, marcas e patentes e direito de uso de *softwares*. Os valores registrados como ponto comercial são os desembolsos iniciais realizados pela Dimed para obter a cessão de uso de determinado estabelecimento onde ficará localizada a filial. São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada calculadas pelo método linear com base na vida útil econômica conforme descrito na Nota 13.

2.11. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, exceto os estoques e impostos diferidos que possuem normas específicas para divulgação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Dimed tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Dimed tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvidas, sendo analisada a natureza de cada risco atualizados nas datas de balanços. Os valores provisionados por natureza dos riscos estão descritos na Nota 21.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa temporal do dinheiro e de riscos específicos na obrigação.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação a todas as diferenças temporárias tributáveis, de forma que seja reconhecido sobre as diferenças que resultarão em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia e que geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

2.15. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Dimed é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Dimed ao final do exercício, com base na legislação societária e Estatuto Social da Dimed, sendo que estes preveem que no mínimo 25% do lucro líquido do exercício social sejam distribuídos como dividendos. Os valores excedentes a este limite são destacados na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio excedente" no Patrimônio líquido, conforme demonstrado na Nota 23.

2.17. Arrendamentos

A Companhia reconheceu na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 passivos de arrendamento envolvendo arrendamentos que já haviam sido classificados como "arrendamentos operacionais" conforme o IAS 17.

A Companhia reconhece o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data da assinatura do contrato de arrendamento. Os principais contratos da Companhia se referem a operações de arrendamento de lojas.

Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa incremental de juros conforme Nota 20. A administração da Companhia considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. As remensurações dos passivos de arrendamentos foram reconhecidas como ajustes nos respectivos ativos de direito de uso, imediatamente após a data da aplicação inicial.

Abaixo seguem as principais premissas utilizadas pela Companhia para avaliar se um contrato é ou contém um arrendamento:

- O arrendador não pode ter o direito substantivo de substituir o ativo por um ativo alternativo durante o prazo do arrendamento;
- A Companhia tem substancialmente todos os benefícios econômicos do ativo de um contrato caso ele se beneficie da maior parte dos benefícios provenientes do produto principal, subproduto e outros benefícios que o ativo poderá gerar;
- A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo, gerindo como e para que fins ele será utilizado durante o período de uso ou quando essas decisões estiverem predeterminadas no contrato e a Companhia operar o ativo durante todo o período de contrato, sem que o arrendador tenha o direito de alterar essas instruções de funcionamento.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Novas normas e interpretações

Atualizações de normas emitidas em 2020

Atualização do CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 (Deliberação CVM Nº 854/2020)

A deliberação CVM 854/2020 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. Trata de alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 38 CPC 40 (R1) e CPC 48, emitidos pelo CPC, em decorrência da reforma da taxa de juros de referência, relacionada com a previsão de descontinuidade do uso da London Interbank Offered Rate (Libor) como taxa de juros de referência após 2021.

A Companhia avaliou e concluiu que não houve impactos em suas demonstrações financeiras.

Atualização do CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8 definição de materialidade

As atualizações do CPC 26/IAS 1 e do CPC 23/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. Estas emendas entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020. A Administração entende que estas atualizações não trouxeram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, pois aplica a orientação técnica OCPC 7 e com isso divulga somente informações relevantes.

Atualização do IFRS 16 e Deliberação CVM Nº 859/2020

Em maio de 2020, o IASB aprovou uma emenda na norma IFRS 16, a qual concede benefícios no resultado, durante o período impactado pela pandemia da COVID-19 para arrendatários, com isso não tratando como uma modificação de contrato. Em 07 de julho de 2020, a CVM publicou a Deliberação nº 859/2020 que aprova a revisão do CPC 06 (R2)/IFRS 16 que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. A Companhia entende que os descontos obtidos relacionados à pandemia da COVID-19 não constituíram uma modificação nos contratos de aluguel, sendo que os impactos decorrentes da adoção desta alteração da norma estão divulgados nas notas 20 e 28.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Novas normas e interpretações--Continuação

Atualizações de normas emitidas em 2020

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, diversas estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, avaliação das vidas úteis do ativo imobilizado, programa de fidelidade, provisões necessárias para passivos contingentes e determinações de provisões para imposto de renda. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. As estimativas consideradas pela Administração como mais críticas, podendo trazer efeitos significativos nos saldos contábeis, estão descritas a seguir:

a) Provisão para perdas no estoque

A provisão para perdas no estoque é estimada baseada nos estoques das lojas e centros de distribuição cujos prazos de vencimentos estejam próximos ao término da validade, sendo considerado suficiente pela Administração frente ao risco da perda destes estoques. Os valores estão representados na nota 8. Mensalmente a Companhia avalia e realiza a baixa de itens que já estão vencidos e com avarias.

b) Provisão perda de crédito esperada para contas a receber

A provisão para perda de crédito esperada é baseada em certas premissas e envolve o julgamento da Administração, consistente com as práticas contábeis divulgadas na nota 2.5.4. Os valores podem ser verificados na nota 7.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

c) Provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas

As estimativas para a constituição das provisões de contingências são analisadas pela Administração com base na opinião dos advogados da Companhia, onde são considerados fatores como a hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. A realização destas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados contabilmente dependendo do desfecho de cada processo judicial ou administrativo.

d) Verbas contratuais

As estimativas para o reconhecimento contábil das negociações para verbas são baseadas nas transações com fornecedores, consistente com as práticas contábeis divulgadas na nota 2.8. Os valores podem ser verificados na nota 27, na rubrica "ressarcimento de custos com aportes".

e) Tributos sobre o lucro

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas as posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para o imposto de renda está adequada baseando-se em avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e opinião de seus assessores jurídicos.

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

e) Tributos sobre o lucro--Continuação

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

f) Taxa de desconto do IFRS 16 / CPC 06 (R2)

As estimativas para a determinação da taxa de desconto são baseadas em premissas, conforme descrito na nota 20.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito, risco de liquidez e risco de câmbio. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Controladoria da Companhia. A Controladoria, através do Departamento de Tesouraria, identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece os princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

Risco de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo e do excedente de caixa investido em papéis pós-fixados, como CDBs. Os empréstimos tomados e investimentos às taxas variáveis expõem a Dimed ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e investimentos emitidos às taxas fixas expõem a Dimed ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Até o mês de dezembro de 2020 e durante o exercício de 2019, os empréstimos e investimentos da Dimed às taxas variáveis e fixas eram mantidos em Reais e Dólares.

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação

Risco de juros--Continuação

A Dimed analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos alternativos, bem como novas possibilidades de investimento do excedente de caixa. Com base nesses cenários, a Dimed define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos e os ativos que representam as principais posições com juros.

Análise de sensibilidade

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade das taxas de juros nos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando período de 12 meses, seguido de dois outros cenários, sendo o cenário II uma possível variação de 25% nas taxas de juros e o cenário III uma variação de 50% nas taxas de juros.

Índices	Operação	Cenário Provável (Cenário I)	Cenário II (variação 25%)	Cenário III (variação 50%)
CDI - %	Queda	2,00	1,50	1,00
CDI - %	Aumento	2,00	2,50	3,00
	Aplicações financeiras - renda fixa	6.114	4.586	3.057
	Empréstimos	3.711	4.639	5.566

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes pessoas jurídicas e pessoas físicas, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades que possuam operações de reciprocidade com a Companhia. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente pela Administração. As vendas para clientes das filiais de varejo são liquidadas em moeda corrente, cheque, convênios ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do risco de crédito.

A previsão de fluxo de caixa é realizada corporativamente através do departamento de tesouraria, com base em informações fornecidas pelas unidades operacionais e pelo departamento de compras. A tesouraria monitora as previsões de exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não ultrapasse os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais, por exemplo, restrições de moeda.

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do valor exigido para a administração do capital circulante, é administrado pelo departamento de tesouraria, que investe o excesso de caixa em aplicações financeiras de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha aplicações financeiras de curto prazo de R\$305.701 na controladora e no consolidado, que geraram entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado				
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	Mais de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2020					
Fornecedores	371.763	371.763	-	-	-
Arrendamento mercantil	467.449	108.002	105.647	157.232	96.568
Debênture - Banco Bradesco	204.476	54.527	35.172	114.777	-
Total	1.043.688	534.292	140.819	272.009	96.568

	Consolidado				
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	Mais de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019					
Fornecedores	303.155	303.155	-	-	-
Financiamento BNDES Fname	18	18	-	-	-
Arrendamento mercantil	319.125	76.973	65.450	97.528	79.174
Debênture - Banco Bradesco	217.604	1.293	49.969	166.342	-
Total	839.902	381.439	115.419	263.870	79.174

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

A Companhia tem como estratégia de negócio manter seu endividamento financeiro líquido comparado à soma da dívida líquida financeira e patrimônio líquido em patamares baixos. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Total dos empréstimos (Nota 17)	185.543	186.278	185.543	186.278
Menos:				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(92.080)	(53.720)	(130.107)	(71.437)
Aplicações financeiras (Nota 6)	(305.701)	-	(305.701)	-
Dívida líquida - A	(212.238)	132.558	(250.265)	114.841
Total do patrimônio líquido	1.010.640	524.176	1.010.640	524.176
Total do capital - B	798.402	656.734	760.375	639.017
Índice - % - A/B*	-26,58	20,18	-32,91	17,97

O incremento do patrimônio líquido e a consequente dívida líquida negativa está relacionada principalmente ao ingresso de recursos oriundos da oferta pública de ações realizada pela Companhia em julho de 2020, conforme descrito na nota explicativa 23.a).

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros são classificados conforme a tabela abaixo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

31/12/2020

	Controladora		Consolidado	
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Caixa e equivalentes de caixa	-	92.080	-	130.107
Aplicações financeiras	-	305.701	-	305.701
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	330.947	-	336.431	-
	330.947	397.781	336.431	435.808

31/12/2019				
	Controladora		Consolidado	
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Caixa e equivalentes de caixa	-	53.720	-	71.437
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	324.777	-	333.416	-
	324.777	53.720	333.416	71.437

Classificação dos passivos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	Custo amortizado		Custo amortizado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores	370.741	301.873	371.763	303.155
Empréstimos e financiamentos	185.543	186.278	185.543	186.278
Obrigações por arrendamento mercantil	458.431	319.125	458.431	319.125
	1.014.715	807.276	1.015.737	808.558

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes e outras contas a receber, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos e financiamentos da Controladora e do Consolidado, em 31 de dezembro de 2020, era de R\$180.120, calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos e pode ser comparado com o valor contábil de R\$185.543.

5. Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Hierarquia de valor justo

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros considerando uma técnica de avaliação de Nível 2. Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante ano de 2020.

6. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa média (a.a.%)	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Recursos em caixa (filiais do varejo)	-	5.164	3.605	5.179	3.617
Depósitos bancários de curto prazo	-	3.116	8.884	5.511	10.326
Aplicações financeiras - renda fixa (*)	2,00	83.800	41.231	119.417	57.494
		92.080	53.720	130.107	71.437

(*) As aplicações financeiras, em sua maioria, referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e operações compromissadas, remuneradas a um percentual do CDI. As informações sobre a liquidez das aplicações estão detalhadas na Nota 4.

Títulos e valores mobiliários

	Taxa média (a.a.%)	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	110,3% do CDI				
Letras financeiras		55.009	-	55.009	-
Fundo de investimento exclusivo		250.692	-	250.692	-
		305.701	-	305.701	-

6. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários--Continuação

Títulos e valores mobiliários--Continuação

O fundo de investimento GD FIM Crédito Privado é um fundo de renda fixa de crédito privado sob gestão, administração e custódia da BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM. O fundo de investimento não tem obrigações financeiras significativas, sendo que as mesmas limitam-se às taxas de gestão de ativos, às taxas de custódia, às taxas de auditoria e às despesas. O fundo é exclusivamente para o benefício da Companhia e, desta forma, a aplicação financeira no fundo de investimento no qual a Companhia tem participação exclusiva foi consolidada.

O incremento do Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários está relacionado principalmente ao ingresso de recursos oriundos da oferta pública de ações realizada pela Companhia em julho de 2020, conforme divulgado na nota explicativa 23.a).

7. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber de clientes	66.124	72.302	71.608	80.942
Contas a receber de cartões de crédito	220.032	201.958	220.032	201.958
Provisão para encargos financeiros	(905)	(1.166)	(905)	(1.166)
Provisão para PCLD de contas a receber de clientes	(4.982)	(5.212)	(4.982)	(5.213)
Contas a receber de clientes, líquidas	280.269	267.882	285.753	276.521

7. Contas a receber de clientes--Continuação

Decomposição de contas a receber de clientes por vencimento:

	31/12/2020	31/12/2019
A Vencer		
Até 30 dias	147.547	140.742
31 a 60 dias	69.816	60.439
61 a 90 dias	26.242	27.733
91 a 120 dias	14.241	13.754
121 a 150 dias	7.795	8.174
151 a 180 dias	4.885	4.641
Mais de 180 dias	3.412	7.919
	273.938	263.402
Vencidos		
Até 30 dias	5.226	3.755
31 a 90 dias	1.746	1.360
Acima de 90 dias	5.246	5.743
	12.218	10.858
Provisão para encargos financeiros	(905)	(1.166)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.982)	(5.212)
Total Controladora	280.269	267.882
Contas a receber clientes (Lifar) - A vencer	4.646	8.016
Contas a receber clientes (Lifar) - Vencidos	838	623
Total Consolidado	285.753	276.521

As movimentações da provisão para *impairment* de contas a receber estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo do início do período	(5.212)	(4.581)	(5.212)	(4.587)
Complemento de provisão	(2.442)	(2.302)	(2.442)	(2.323)
Valores baixados da provisão	2.672	1.671	2.672	1.698
	(4.982)	(5.212)	(4.982)	(5.212)

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber foram registradas no resultado do exercício como "Perdas em Crédito Líquidas". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

7. Contas a receber de clientes--Continuação

Em relação ao possíveis impactos causados pela COVID-19, não identificamos risco significativo de perda de recebíveis na carteira de clientes, pois ela é composta, em sua maioria, por operadoras de cartão de crédito. Isso posto, a Administração avaliou e concluiu que não houve qualquer aumento significativo no risco de crédito em relação às Contas a Receber de clientes que pudesse justificar qualquer ajuste na provisão para perdas de crédito esperadas, bem como a necessidade, neste momento, de qualquer divulgação adicional sobre o impacto da pandemia da Covid-19 em relação aos recebíveis da Companhia.

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mercadorias para revenda	553.772	414.424	557.164	414.596
Produtos prontos	-	-	4.421	4.358
Matérias primas	-	-	2.649	2.443
Materiais de consumo/almoxxarifado	6.453	3.861	10.995	8.028
(-)Provisão para perdas nos estoques	(287)	(305)	(408)	(396)
	559.938	417.980	574.821	429.029

Em decorrência da publicação do decreto nº 54.308 de 06/11/2018 do Estado do Rio Grande do Sul, a partir de março de 2019 o contribuinte substituído nas operações com mercadorias sujeitas à substituição tributária deverá apurar mensalmente a diferença entre o valor apurado para o cálculo do imposto e o valor que de fato foi vendida a mercadoria ao consumidor final. No fechamento do quarto trimestre de 2020 foi recalculado o imposto retido por substituição tributária, contabilizado a crédito no estoque o montante de R\$60.148 (R\$50.996 em 31 de dezembro de 2019).

Provisão para perdas nos estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(305)	(300)	(396)	(318)
Complemento de provisão	(1.113)	(2.284)	(1.144)	(2.359)
Valores baixados da provisão	1.131	2.279	1.132	2.281
Saldo final do exercício	(287)	(305)	(408)	(396)

9. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda - pessoa jurídica - IRPJ	3.953	680	4.179	873
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	179	1.067	217	1.091
	4.132	1.747	4.396	1.964

10. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Imposto s/ circulação de mercadorias e serviços - ICMS	2.534	1.660	2.813	1.777
Programa de Integração Social - PIS	169	598	1.221	641
Contribuição p/ financiamento da seguridade social - COFINS	781	2.754	5.629	2.935
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	191	191	191	191
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	-	-	41	41
Imposto sobre serviço - ISS	-	-	17	-
	3.675	5.203	9.912	5.585
Não Circulante				
Imposto s/ circulação de mercadorias e serviços - ICMS	5.858	3.209	5.858	3.209
	5.858	3.209	5.858	3.209

ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS

A Companhia e sua controlada LIFAR tiveram o trânsito em julgado das ações onde discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, tendo o processo da LIFAR se encerrado em 2020 e o da Companhia de forma subsequente em janeiro de 2021, determinando que o ICMS não componha a base de cálculo para incidência do PIS e da Cofins, reconhecendo o direito ao crédito. Desta forma, a controlada LIFAR efetuou o registro dos créditos no último trimestre de 2020 e a Companhia irá efetuar o reconhecimento no 1º trimestre de 2021.

Tendo em vista que as ações da Companhia e de sua Controlada foram ajuizadas em 2006 e 2009, respectivamente, os valores a recuperar retroagiram à competência de novembro de 2001 e de agosto de 2004, respectivamente, uma vez que a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região determinou que o prazo de prescrição é de 5 anos ("prescrição quinquenal"), considerando-se que o processo foi ajuizado após a vigência da LC 118/2005.

10. Impostos a recuperar--Continuação

ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS--Continuação

No que se refere ao ICMS a ser excluído, a decisão reconhece “a parte autora a excluir da base de cálculo do PIS e da Cofins o ICMS destacado nas notas fiscais de saída das mercadorias do seu estabelecimento, a fim de, ajustada a nova base de cálculo, apurar os valores indevidamente pagos”.

O valor apurado pela Companhia totaliza aproximadamente R\$22.500, enquanto o valor apurado e registrado pela LIFAR totalizou R\$5.500. Os valores em referência foram mensurados com razoável confiabilidade, dado que a decisão judicial define a parametrização para a mensuração do valor do indébito (período de compensação e forma pela qual deve ser efetuado o cálculo - ICMS destacado). A Companhia elaborou os cálculos com apoio de empresa de consultoria especializada, com base nos arquivos fiscais de venda de todo o período, e conciliado com as informações das obrigações acessórias. O valor estimado para a Dimed está em fase final de revisão, e eventualmente poderá sofrer alteração.

Dando prosseguimento às etapas necessárias para compensação dos valores de impostos pagos a maior, a Companhia e sua controlada realizaram o protocolo de seus procedimentos administrativos de habilitação prévia junto à Receita Federal do Brasil, tendo os mesmos sido deferidos em 2021.

A Companhia avaliou o tratamento contábil a ser dispensado à matéria, à luz do que prescreve o CPC 25, entendendo que o ativo registrado por sua controlada não é contingente, uma vez que a entrada de benefícios econômicos é praticamente certa. A Administração tem expectativa de que o crédito fiscal da LIFAR seja compensado em até 12 meses.

11. Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas estão demonstrados a seguir:

31/12/2020								
	Capital social	Quotas possuídas (unidade)	% participação	Patrimônio líquido	Lucro líquido do período	Saldo inicial em 1º de janeiro	Resultado da equivalência	Total do investimento
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda.	500	499.999	99,99%	30.947	4.712	25.000	4.538	29.538
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.	8.978	19.999	99,99%	35.369	2.563	32.805	2.563	35.368
						57.805	7.101	64.906
31/12/2019								
	Capital social	Quotas possuídas (unidade)	% participação	Patrimônio líquido	Lucro líquido do período	Saldo inicial em 1º de janeiro	Resultado da equivalência	Total do investimento
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda.	500	499.999	99,99%	26.235	2.773	22.636	2.364	25.000
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.	8.978	19.999	99,99%	32.806	8.326	24.479	8.326	32.805
						47.115	10.690	57.805

12. Imobilizado

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado da controladora

O saldo de imobilizado compreende ativos próprios e arrendados. Os imóveis arrendados são aqueles incluídos na coluna "Direito de uso".

Controladora	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos	Benfeitorias	Direito de uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019									
Custo	76.652	31.113	33.815	90.759	47.284	7.979	76.992	369.373	733.967
Depreciação acumulada	(6.067)	(9.439)	(16.201)	(37.997)	(32.880)	(1.559)	(23.424)	(63.802)	(191.369)
Saldo contábil líquido	70.585	21.674	17.614	52.762	14.404	6.420	53.568	305.571	542.598
Em 01 de janeiro de 2020									
Saldo Inicial	70.585	21.674	17.614	52.762	14.404	6.420	53.568	305.571	542.598
Aquisições	1.338	17.428	4.557	11.591	7.309	-	20.582	220.329	283.134
Baixas	-	(40)	(279)	(602)	(24)	-	(1.576)	-	(2.521)
Depreciação	(1.152)	(2.038)	(2.895)	(8.477)	(5.880)	(485)	(5.520)	(82.277)	(108.724)
Saldo contábil líquido	70.771	37.024	18.997	55.274	15.809	5.935	67.054	443.623	714.487
Saldo em 31 de dezembro de 2020									
Custo	77.991	48.464	37.290	100.049	54.171	7.949	94.921	589.702	1.010.537
Depreciação acumulada	(7.220)	(11.440)	(18.293)	(44.775)	(38.362)	(2.014)	(27.867)	(146.079)	(296.050)
Saldo contábil líquido	70.771	37.024	18.997	55.274	15.809	5.935	67.054	443.623	714.487

12. Imobilizado--Continuação

b) Síntese da movimentação do ativo imobilizado do consolidado

Consolidado	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos	Benfeitorias	Direto de uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019									
Custo	82.623	36.446	34.407	94.473	47.789	8.056	81.087	369.373	754.254
Depreciação acumulada	(9.606)	(12.251)	(16.614)	(39.871)	(33.258)	(1.634)	(25.560)	(63.802)	(202.596)
Saldo contábil líquido	73.017	24.195	17.793	54.602	14.531	6.422	55.527	305.571	551.658
Saldo em 01 de janeiro de 2020									
Saldo Inicial	73.017	24.195	17.793	54.602	14.531	6.422	55.527	305.571	551.658
Aquisições	1.338	18.204	4.570	11.683	7.356	-	20.734	220.329	284.214
Baixas	-	(46)	(279)	(602)	(24)	-	(1.576)	-	(2.527)
Depreciação	(1.166)	(2.344)	(2.927)	(8.833)	(5.933)	(487)	(5.690)	(82.277)	(109.657)
Saldo contábil líquido	73.189	40.009	19.157	56.850	15.930	5.935	68.995	443.623	723.688
Saldo em 31 de dezembro de 2020									
Custo	83.962	54.567	37.895	103.855	54.722	8.027	99.169	589.702	1.031.899
Depreciação acumulada	(10.773)	(14.558)	(18.738)	(47.005)	(38.792)	(2.092)	(30.174)	(146.079)	(308.211)
Saldo contábil líquido	73.189	40.009	19.157	56.850	15.930	5.935	68.995	443.623	723.688

12. Imobilizado--Continuação

c) Outras informações

A Companhia não identificou a existência de indicadores de que os ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de depreciação do imobilizado:

	<u>Taxa média depreciação (% a.a.)</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Imóveis	1,7	1,7
Máquinas e equipamentos	6	6
Móveis e utensílios	9	9
Instalações	10	10
Computadores e periféricos	25	25
Veículos	20	20
Benfeitorias	7	7

<u>Composição do direito de uso</u>		<u>Controladora e Consolidado</u>
<u>Descrições</u>	<u>Vida útil (anos)</u>	<u>31/12/2020</u>
Imóveis	2 a 17	443.059
Veículos	2 a 3	564
Total		443.623

<u>Movimentação do direito de uso</u>		<u>Controladora e Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019		305.571
(+) Remensuração e novos contratos		220.329
(-) Depreciação		(82.277)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		443.623

13. Intangível

a) Síntese da movimentação do ativo intangível da controladora

Controladora	Fundo de comércio	Software	Marcas e fórmulas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019				
Custo	20.874	48.742	361	69.977
Amortização acumulada	(16.513)	(20.753)	(13)	(37.279)
Saldo contábil líquido	4.361	27.989	348	32.698
Em 01 de janeiro de 2020				
Saldo Inicial	4.361	27.989	348	32.698
Aquisições	4.705	15.966	-	20.671
Baixas	-	(9)	-	(9)
Amortização	(1.145)	(6.848)	-	(7.993)
Saldo contábil líquido	7.921	37.098	348	45.367
Em 31 de dezembro de 2020				
Custo	24.677	64.701	361	89.739
Amortização acumulada	(16.756)	(27.603)	(13)	(44.372)
Saldo contábil líquido	7.921	37.098	348	45.367

b) Síntese da movimentação do ativo intangível do consolidado

Consolidado	Fundo de comércio	Software	Marcas e fórmulas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019				
Custo	20.875	49.318	513	70.706
Amortização acumulada	(16.514)	(20.942)	(165)	(37.621)
Saldo contábil líquido	4.361	28.376	348	33.085
Em 01 de janeiro de 2020				
Saldo Inicial	4.361	28.376	348	33.085
Aquisições	4.705	16.207	-	20.912
Baixas	-	(9)	-	(9)
Amortização	(1.145)	(6.975)	-	(8.120)
Saldo contábil líquido	7.921	37.599	348	45.868
Em 31 de dezembro de 2020				
Custo	24.677	65.517	514	90.708
Amortização acumulada	(16.756)	(27.918)	(166)	(44.840)
Saldo contábil líquido	7.921	37.599	348	45.868

13. Intangível--Continuação

c) Outras informações

A Companhia não identificou a existência de indicadores de que os ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de amortização do intangível:

	Taxa média amortização (% a.a.)	
	2020	2019
Fundo de comércio	25	25
Software	18	18
Marcas e fórmulas	10	10

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos--Continuação

Adições temporárias	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para perdas em estoque	287	305	408	396
Provisão para indenizações trabalhistas	6.575	7.279	6.920	7.713
Provisão para riscos cíveis	7.499	-	7.499	-
Reversão para créditos liquidação duvidosa	4.982	5.213	4.982	5.213
Provisão taxa cartão crédito	905	1.166	905	1.166
Provisão prêmio funcionários	-	780	-	780
Efeito líquido de depreciação e juros (IFRS 16) com o pagamento de arrendamento	19.693	7.954	19.693	7.954
PIS e COFINS - ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS	-	-	(4.956)	-
Receita diferida programa fidelidade	-	82	-	82
Provisão para ajuste de valor de mercado em investimentos	176	176	176	176
Provisão dissídio	651	246	651	246
Provisão honorários	2.126	2.117	2.262	2.263
Total base de cálculo	42.894	25.318	38.540	25.989
Imposto de renda à alíquota 25%	10.723	6.329	9.634	6.497
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	13.817	3.346	14.221	3.454
Contribuição social à alíquota 9%	3.860	2.278	3.469	2.339
Contribuição Social sobre base de cálculo negativa	5.676	1.604	5.837	1.653
Total impostos diferidos ativos	34.076	13.557	33.161	13.943
Exclusões temporárias				
Ajustes decorrentes de arrendamento mercantil	3.921	3.087	3.921	3.087
Total base de cálculo	3.921	3.087	3.921	3.087
Imposto de renda à alíquota 25%	980	772	980	772
Contribuição social à alíquota 9%	353	278	353	278
Total impostos diferidos passivos	1.333	1.050	1.333	1.050
Total impostos diferidos líquidos	32.743	12.507	31.828	12.893

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros da Companhia e considerando a realização histórica dos ativos que originaram o saldo do imposto de renda e contribuição social, estima-se o seguinte cronograma de realização:

	31/12/2020	
	Controladora	Consolidado
2020	17.040	16.581
2021	4.259	4.145
2022	4.259	4.145
2023	4.259	4.145
2024	4.259	4.145
	34.076	33.161

15. Conciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	50.204	78.922	53.304	80.841
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(17.069)	(26.833)	(18.123)	(27.486)
Outras despesas não dedutíveis	(1.478)	2.070	(1.622)	2.214
Participação dos Administradores	(1.205)	(1.680)	(1.205)	(1.680)
Resultado de equivalência patrimonial	2.414	3.635	-	-
Juros sobre Capital Próprio – Benefício	7.032	7.820	7.032	7.820
Incentivos fiscais – Cultura – Benefício	136	327	136	327
Incentivos fiscais – Programa Alimentação do Trabalhador (PAT)	128	249	150	253
Incentivos fiscais-subvenção p/investimentos – Créd. Presumido	15.246	10.463	15.246	10.463
Reversão do efeito da tributação lucro real na controlada cuja tributação é feita com base no lucro presumido	-	-	1.081	3.157
Tributação pelo regime de lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas para base de cálculo	-	-	(615)	(960)
Incentivos Fiscais Inovação Tecnológica – Benefício	719	1.758	719	1.758
Efeito parcela isenta do adicional 10% IR – Benefício	24	24	48	48
	5.947	(2.167)	2.847	(4.086)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período				
Imposto de renda e contribuição social corrente	(6.994)	(12.185)	(8.793)	(14.354)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12.941	10.018	11.640	10.268
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	5.947	(2.167)	2.847	(4.086)
Alíquota efetiva	-11,8%	2,7%	-5,3%	5,1%

Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos			Patrimônio líquido	31/12/2019
	31/12/2020	Resultado		
Controladora	32.743	12.941	7.295	12.507
Consolidado	31.828	11.640	7.295	12.893

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais	369.150	300.733	371.763	303.155
Fornecedores partes relacionadas	1.591	1.140	-	-
Total	370.741	301.873	371.763	303.155

17. Empréstimos e financiamentos

	Intervalo de taxas (% a.a.)	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Moeda nacional					
BNDES Fname	3,0% da TJLP + 3,4%	-	18	-	18
Debênture - Banco Bradesco	109% CDI	185.543	186.260	185.543	186.260
		185.543	186.278	185.543	186.278
Circulante		53.400	1.278	53.400	1.278
Não circulante		132.143	185.000	132.143	185.000

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Os limites globais concedidos à Companhia apresentam espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis, não gerando risco de quebra desses limites ou de cláusulas dos empréstimos. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia. A Companhia possui debêntures com cláusulas contratuais que requerem a manutenção trimestral de indicadores financeiros conforme a síntese abaixo:

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

17.1. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") superior ou igual a 1,2 (um inteiro e dois décimos)

Onde: "ICSD" significa a divisão do EBITDA Ajustado (conforme definido abaixo) pelo Serviço da Dívida; e "Serviço da Dívida" significa as despesas financeiras relativas aos 12 (doze) últimos meses calculadas pelo regime de competência, em bases consolidadas pela Emissora, ou seja, (a) juros relativos a dívidas bancárias (líquida de receitas de aplicações financeiras), (b) parcela com impacto no caixa da variação monetária e cambial sobre juros das modalidades de dívida, (c) juros pagos às Debêntures e demais títulos e valores mobiliários emitidos nos mercados financeiro e de capitais, internacional e nacional (líquidas de receitas de aplicações em títulos e valores mobiliários ou em títulos públicos e privados de qualquer natureza), (d) despesas financeiras com impacto de caixa relativas a mútuos com partes relacionadas listados no passivo (líquidas de receitas financeiras com impacto no caixa recebidas relativamente a mútuos com partes relacionadas listadas no ativo), bem como (e) o valor efetivamente desembolsado referente a passivos de operações de derivativos de proteção de dívidas (líquido dos valores efetivamente recebidos referentes a ativos de operações com derivativos de proteção de dívidas).

17.2. Relação Dívida Financeira Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado, conforme metodologia de cálculo a seguir discriminada, não superior a 2,5 (duas inteiras e cinco décimos)

Onde: levando em consideração, para cálculo do EBITDA Ajustado, o desempenho acumulado nos últimos 12 meses da data do encerramento dos demonstrativos, a ser aferido com base nos balanços consolidados em março, junho, setembro e dezembro de cada exercício. Para os fins deste item entende-se por: "Dívida Financeira Líquida Ajustada" a somatória dos valores correspondentes a (i) empréstimos bancários de curto prazo; (ii) debêntures no curto prazo; (iii) empréstimos bancários de longo prazo; (iv) debêntures no longo prazo; (v) empréstimos de longo prazo; (vi) operações de leasing bancário de curto prazo; (vii) operações de leasing bancário de longo prazo; (viii) contas a pagar, ou a receber, com operações de derivativos, se houver menos disponibilidades, caixa/aplicações financeiras e títulos de valores mobiliários; e, ainda, (ix) todos os mútuos, ativos e passivos, realizados entre empresas do grupo, coligadas ou não; "EBITDA Ajustado", na forma prevista na Instrução da CVM n.º 527, de 04 de outubro de 2012, conforme alterada; e "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado" a divisão da Dívida Financeira Líquida Ajustada pelo EBITDA Ajustado.

A Companhia está em conformidade com todas as cláusulas de compromisso em 31 de dezembro de 2020.

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os contratos de empréstimo em vigor possuem ainda cláusulas não financeiras de vencimento antecipado, das quais, mais relevantes encontram-se descritas a seguir:

- Inadimplemento das dívidas e/ou outros contratos com as instituições financeiras fornecedoras de crédito;
- Execução de medida judicial ou extrajudicial que possa afetar a capacidade de pagamento da Dimed;
- Transferência da dívida para terceiros, sem a anuência da instituição financeira fornecedora de crédito;
- Alterações no objeto social da Dimed ou alteração do controle societário sem que a instituição financeira manifeste, formalmente, sua anuência e manutenção dos convênios.

A Companhia está em conformidade com todas as cláusulas de compromisso em 31 de dezembro de 2020.

Abaixo demonstramos as informações complementares do fluxo de caixa das atividades de financiamento:

	Controladora				Total
	Partes relacionadas	Arrendamento financeiro	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Juros sobre capital próprio a pagar	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.938	319.124	186.278	1.662	523.002
Alterações de caixa	(15.938)	(92.934)	(10.968)	(18.240)	(138.080)
Recebimento (pagamento) de atividades de financiamento	(15.938)	-	(110.269)	-	(126.207)
Captação de empréstimos	-	-	99.301	-	99.301
Pagamento JSCP	-	-	-	(18.240)	(18.240)
Arrendamentos pagos	-	(92.934)	-	-	(92.934)
Alterações que não afetam caixa	-	241.259	10.233	18.883	270.375
Remensuração de contratos e novos contratos - IFRS 16	-	220.329	-	-	220.329
JSCP apropriado no período	-	-	-	18.883	18.883
Desconto sobre locação de imóveis	-	(5.472)	-	-	(5.472)
Juros apropriados no período	-	26.402	10.233	-	36.635
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	467.449	185.543	2.305	655.297

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

	Consolidado			Total
	Arrendamento financeiro	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Juros sobre capital próprio a pagar	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	319.124	186.278	1.662	507.064
Alterações de caixa	(92.934)	(10.968)	(18.240)	(122.142)
Recebimento (pagamento) de atividades de financiamento	-	(110.269)	-	(110.269)
Captação de Empréstimos	-	99.301	-	99.301
Pagamento JSCP	-	-	(18.240)	(18.240)
Arrendamentos pagos	(92.934)	-	-	(92.934)
Alterações que não afetam caixa	241.259	10.233	18.883	270.375
Remensuração de contratos e novos contratos - IFRS 16	220.329	-	-	220.329
Pagamento JSCP	-	-	18.883	18.883
Desconto sobre locação de imóveis	(5.472)	-	-	(5.472)
Juros apropriados no período	26.402	10.233	-	36.635
Saldo em 31 de dezembro de 2020	467.449	185.543	2.305	655.297

As garantias apresentadas para os financiamentos com o BNDES resumem-se a notas promissórias assinadas pela Dimed nos valores dos recursos tomados e alienação fiduciária dos bens financiados em favor do banco.

Os saldos de empréstimos e financiamentos apresentados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão apresentados pelo custo amortizado. A abertura por data de liquidação dos respectivos empréstimos e financiamentos encontra-se na nota explicativa 4.1 (c) Risco de liquidez.

18. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ	-	-	511	537
CSLL	-	-	214	219
PIS	120	99	184	101
COFINS	560	456	762	464
IRRF	4.314	3.117	4.348	3.163
ICMS	20.491	17.662	22.429	19.975
Outras obrigações	1.073	453	1.452	767
Total	26.558	21.787	29.900	25.226

19. Participações a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Gratificações diretoria	2.844	3.801	2.844	3.801
Participação nos lucros para os funcionários	4.180	7.922	4.277	8.078
Total	7.024	11.723	7.121	11.879

Em assembleia geral extraordinária realizada em 08 de setembro de 2020, foi aprovado o pagamento de prêmio em ações a administradores, executivos e colaboradores da Companhia, em virtude do seu desempenho na condução dos negócios sociais, nos termos da Proposta da Administração divulgada ao mercado e objeto de aprovação pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 14 de agosto de 2020. O valor do prêmio totalizou R\$1.594, líquido de IRRF, dos quais R\$169 foram liquidados em dinheiro e R\$1.425 foram liquidados mediante a entrega de ações em tesouraria.

20. Obrigações por arrendamento mercantil

A Companhia possui obrigações originadas de contrato de arrendamento mercantil de equipamentos (central telefônica e *Storage*) e de uma aeronave, sendo que este bem deverá ser adquirido no final do contrato pelo valor residual. As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária do bem arrendado.

	Controladora e Consolidado		
	Menos de um ano	De um a cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2020			
Arrendamento mercantil	1.453	2.680	4.133
Em 31 de dezembro de 2019			
Arrendamento mercantil	1.472	4.127	5.599

A partir de 01 de janeiro de 2019 a Companhia passou a contabilizar as obrigações de contrato de aluguel por período de tempo, com prazos vigentes, conforme requerimentos do CPC 06 (R2)/IFRS 16. Esses arrendamentos eram classificados anteriormente como operacionais de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17, e se referem a contratos de arrendamentos de imóveis e de veículos.

Como resultado na adoção, em 01 de janeiro de 2019 a Companhia reconheceu o valor de R\$235.802 como ativo de direito de uso, em contrapartida a um passivo de arrendamento no mesmo montante. No exercício de 2020, a Companhia reconheceu R\$82.277 de depreciação, além dos juros no montante de R\$26.402.

A movimentação do saldo de passivo de arrendamento da Companhia até 31 de dezembro de 2020 ocorreu da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado		
	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	312.322	1.204	313.526
Remensuração e novos contratos	219.878	451	220.329
Juros	26.335	67	26.402
Descontos obtidos	(5.472)	-	(5.472)
Pagamento de aluguel	(90.347)	(1.122)	(91.469)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	462.716	600	463.316
Circulante	106.114	435	106.549
Não Circulante	356.602	165	356.767

20. Obrigações por arrendamento mercantil--Continuação

A taxa de desconto nominal adotada pela Companhia ficou entre 5% e 6,99% para os contratos de arrendamentos de lojas e de veículos. Foi utilizada a abordagem retrospectiva simplificada, e no momento da transição os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental de financiamento. Inicialmente o direito de uso dos ativos foi mensurado ao valor equivalente do passivo de arrendamento, tendo sido utilizado o expediente prático que permite ao arrendatário excluir custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM nº 02/2019 e ao CPC 06 (R2)/ IFRS 16, justificado pelo fato da Companhia não ter aplicado a metodologia de fluxos nominais devido a vedação imposta pela IFRS 16 de projeção futura de inflação, as companhias deverão apresentar os inputs mínimos para que os usuários das demonstrações financeiras possam chegar a estas informações. A Companhia, desta maneira, optou por divulgar estes inputs mínimos para que os usuários possam chegar à informação. Os inputs são:

- Taxa média de desconto nominal aplicada – entre 5% e 6,99% a.a.
- Componente de inflação a ser utilizado na projeção dos fluxos (IPCA baseado na NTN-B utilizada na adoção inicial) - 3,6 % a.a.

21. Provisões

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, em processos administrativos e judiciais. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

Os processos que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são considerados como perdas possíveis ou prováveis em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão apresentados a seguir. Os processos considerados como perdas prováveis estão provisionados, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis	7.499	-	7.499	-
Trabalhistas	6.575	7.279	6.920	7.713
Não circulante	14.074	7.279	14.419	7.713
Depósitos judiciais	5.959	6.478	6.424	6.943

21. Provisões--Continuação

As movimentações das provisões para as ações cíveis, trabalhistas e tributárias estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis				
Saldo no início do exercício	-	199	-	199
Novas provisões	9.499	501	9.499	501
Baixa por pagamento	-	(18)	-	(18)
Reversão	(2.000)	(682)	(2.000)	(682)
Saldo final	7.499	-	7.499	-
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas				
Saldo no início do exercício	7.279	4.316	7.713	4.694
Novas provisões	4.352	5.591	4.352	7.042
Baixa por pagamento	(1.402)	(897)	(1.402)	(1.510)
Reversão	(3.654)	(1.731)	(3.743)	(2.513)
Saldo final	6.575	7.279	6.920	7.713
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias				
Saldo no início do exercício	-	20	-	20
Reversão	-	(20)	-	(20)
Saldo final	-	-	-	-

a) Cíveis

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2020, 76 ações judiciais de natureza cível consideradas possíveis, cujo valor estimado é de aproximadamente R\$40 milhões na controladora e no consolidado (aproximadamente R\$35 milhões na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2019). Desse montante, o processo mais relevante tem por objeto a Lei 10.209/2001 (Lei do Vale Pedágio). Tal processo está em discussão no STF (Supremo Tribunal Federal), em fase de perícia judicial na origem, com valor estimado de aproximadamente R\$37 milhões.

b) Trabalhistas

Nas provisões trabalhistas podemos destacar que as ações mais recorrentes nestes processos são por questionamentos de horas extras e diferenças salariais. A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2020, 394 ações de natureza trabalhista com risco possível, cujo valor estimado é de R\$24.347 na controladora e R\$24.834 no consolidado (R\$20.736 na controladora e R\$21.240 no consolidado em 31 de dezembro de 2019).

21. Provisões--Continuação

c) Tributárias

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2020 cerca de 119 ações de natureza tributária consideradas como possível, cujo valor estimado é de aproximadamente R\$36 milhões na controladora e no consolidado (R\$36 milhões em 31 de dezembro de 2019 na controladora e no consolidado).

22. Receitas diferidas - subvenção/investimentos

A Companhia recebeu em dezembro de 2011, a doação de área pública na zona urbana do município de Eldorado do Sul/RS, com metragem de 50.000 metros quadrados, destinado à construção das instalações de um novo Centro de Distribuição. Com base nas orientações do CPC 07, esta subvenção recebida foi classificada como ativo não monetário, tendo como base de registro contábil seu valor justo, tendo como reconhecimento inicial o valor de R\$5.026 no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2011. Com base nesse critério, o reconhecimento dessa subvenção se deu em contrapartida em conta de passivo, de forma temporária, considerando que os benefícios econômicos ficam postergados para o momento de sua utilização e ainda vinculados ao cumprimento das obrigações expressas na Lei Municipal nº 3.067 de 13 de dezembro de 2011. Os principais compromissos assumidos com o município são: o retorno do ICMS, a ser verificado a partir do início das atividades, a contratação de 270 postos de trabalhos diretos e 25 postos indiretos e a transferência de licenciamento da sua frota de veículos. Ao fim do período de 5 (cinco) anos, caso seja verificado que não houve retorno por parte da Companhia, deverá ser recolhido o montante do valor total dos incentivos concedidos aos cofres públicos do município atualizados pelo índice IPCA (IBGE).

No 2º trimestre de 2014, foi complementada a doação de área pública neste município, com a metragem de 10.000 metros quadrados, registrado neste período pelo seu valor justo correspondente a R\$1.000 no ativo imobilizado da Companhia. O reconhecimento do complemento da subvenção segue os mesmos critérios contábeis adotados no reconhecimento inicial da subvenção original. Em 31 de dezembro de 2018 foi reconhecido o valor restante previsto de subvenção de R\$1.226.

22. Receitas diferidas - subvenção/investimentos--Continuação

Foi aprovada no ano de 2017 a Lei Complementar nº 160/17 com o objetivo de promover importantes mudanças quanto aos benefícios fiscais concedidos unilateralmente pelas unidades federativas. A referida lei tem como objetivo resolver o problema das autuações impostas pelos Estados e definir de que forma permanecerão os incentivos fiscais de ICMS no futuro. Foram estabelecidas novas regras para enquadramento desses benefícios fiscais como “subvenções para investimento” – afastando a sua tributação pelo PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. A Lei revela oportunidades e ganhos às empresas que já utilizaram, utilizam ou desejam utilizar incentivos fiscais de ICMS no futuro. No exercício de 2020 foi reconhecido no resultado R\$44.841 (R\$30.773 em 31 de dezembro de 2019).

23. Patrimônio líquido

- a) Oferta pública de distribuição primária e secundária de ações, com esforços restritos de colocação (“Follow-on”)

Conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração de 22 de julho de 2020, no contexto do processo de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações da Companhia, realizada nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”), foram emitidas 16.000.000 novas ações ordinárias. O valor unitário por ação foi de R\$30,00 (trinta reais), perfazendo um montante bruto de R\$480.000 na oferta primária. Neste contexto, os recursos líquidos de comissões dos bancos coordenadores que ingressaram na Companhia em julho de 2020 totalizaram R\$461.206.

Os custos relacionados à Oferta Primária totalizaram R\$21.456 (R\$14.448 líquidos dos efeitos tributários), e foram registrados em conta redutora específica no patrimônio líquido em conformidade com o estabelecido no CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Durante o 4T20 houve um complemento de R\$287 referente a notas fiscais emitidas no mês de outubro de 2020.

- b) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de março de 2020, foi aprovada a proposta de desdobramento de ações da totalidade das ações existentes de emissão da Companhia, tanto para ações ordinárias quanto para ações preferenciais, passando cada 1 (uma) ação existente a corresponder a 30 (trinta) ações. Desta forma, o capital social da Companhia passou a ser representado por 121.994.700 ações ordinárias e 13.485.690 ações preferenciais.

23. Patrimônio Líquido--Continuação

b) Capital social--Continuação

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de julho de 2020, foi aprovado o aumento do capital social, passando de R\$410.000 para R\$432.000, mediante a capitalização de parcela da Reserva Legal, no valor de R\$4.832 e da Reserva para Aumento do Capital Social, no valor de R\$17.168, sem emissão de novas ações.

Em 22 de julho de 2020, em decorrência do *Follow-on* comentado no item a) acima, houve aumento no capital social no montante de R\$480.000. Desta forma, o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 passou a ser de R\$912.000 (R\$897.552 líquido dos gastos com emissão de ações), totalmente integralizado (R\$410.000 em 31 de dezembro de 2019), representado por 137.994.700 ações ordinárias e 13.485.690 ações preferenciais, todas da mesma classe e sem valor nominal.

As ações preferenciais terão as seguintes características e vantagens: a) terão direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o dividendo atribuído a cada ação Ordinária; b) terão direito de participar em igualdade de condições com as ações Ordinárias em distribuição, pela Companhia, de ações ou quaisquer outros títulos às vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas do Capital Social; c) terão prioridade no reembolso do capital social na eventualidade de liquidação da sociedade; d) as ações Preferenciais, qualquer que seja sua forma, não terão direito de voto nas reuniões da Assembleia Geral adquirindo contudo, esse direito, se não lhes for atribuído durante 03 (três) exercícios consecutivos, o dividendo previsto no artigo 24, letra "b" do Estatuto Social da Dimed S.A.; e) as ações Preferenciais serão irredimíveis e inconvertíveis em ações Ordinárias. Cada ação Ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

c) Ações em tesouraria

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 13 de agosto de 2020, foi aprovada a criação do Programa de Recompra de ações de emissão da própria Companhia, sem redução do capital social, podendo ser adquiridas até 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias e 240.000 (duzentas e quarenta mil) ações preferenciais.

Os objetivos do Programa de Recompra são maximizar a geração de valor aos acionistas, a partir de uma estrutura de capital adequada combinada com o crescimento dos resultados e proventos por ações, bem como viabilizar a implantação de planos de incentivo de longo prazo, por meio dos quais executivos venham a receber ações de emissão da Companhia (vide nota 24 - Plano de incentivos atrelado a ações).

23. Patrimônio líquido--Continuação

c) Ações em tesouraria--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de ações em tesouraria é de R\$16.356 (não havia saldo em 31 de dezembro de 2019) correspondente a 880.800 (oitocentos e oitenta mil e oitocentas) ações ordinárias.

Abaixo a movimentação das ações em tesouraria:

	Controladora	
	Ações Ordinárias	R\$
Saldo em 31/12/2019	-	-
Aquisição de ações	(880.800)	(18.769)
Prêmios em ações	74.207	1.425
Opções outorgadas reconhecidas	40.359	988
Saldo em 31/12/2020	(766.234)	(16.356)

	Preço das ações		
	Mínimo	Máximo	Custo médio
Em 31/12/2020	17,89	32,00	23,81

d) Reservas de lucros

i) *Reserva para futuro aumento de capital*

É constituída com o objetivo de incrementar os investimentos em capital de giro da Dimed nos projetos de expansão, prevista no Estatuto Social da Dimed em seu artigo 24, cláusula "c". O aproveitamento do saldo desta reserva foi aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 17 de julho de 2020. No exercício de 2020, o saldo desta reserva foi totalmente utilizado para integralização do capital social conforme comentado no item b) acima. No exercício de 2020 foram destinados R\$4.994 para reserva de aumento de capital.

ii) *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

23. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reservas de lucros--Continuação

iii) *Dividendos e juros sobre o capital próprio adicionais aos propostos*

É constituído em relação ao excedente de dividendos mínimo de 25% obrigatório conforme previsão legal e aprovado pelos acionistas.

iv) *Remuneração dos acionistas*

Em conformidade com as disposições do Estatuto Social da Dimed, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido do exercício, considerando os ajustes previstos na legislação societária, o cálculo do dividendo proposto, incluindo a parcela atribuída como juros sobre o capital próprio, está demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2020	2019
Lucro líquido do exercício	56.151	76.755
Constituição de reserva legal	(1.351)	(3.838)
Reserva de Investimentos	(29.124)	(30.773)
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	25.676	42.144
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	6.419	10.536
Dividendo proposto adicional ao mínimo obrigatório	14.263	12.464
Total dos dividendos propostos pela administração	20.682	23.000
Imposto de renda retido na fonte sobre JSCP	(2.369)	(2.721)
Remuneração líquida de IRRF	18.313	20.279

O valor do dividendo por ação está demonstrado no quadro abaixo:

Provento	Evento	Deliberação	Data base	Pagamento	Montante (R\$ mil)	Valor por ação ON	Valor por ação PN
JCP	RCA	30/09/2020	30/10/2020	31/03/2021	3.500	0,022962013	0,025258215
JCP - 1ª Parcela	RCA	23/12/2020	30/12/2020	31/03/2021	3.400	0,022340890	0,024574978
JCP - 2ª Parcela	RCA	23/12/2020	30/12/2020	30/04/2021	6.891	0,045338864	0,049872751
JCP - 3ª Parcela	RCA	23/12/2020	30/12/2020	31/05/2021	6.891	0,045338864	0,049872751
Total					20.682	0,135980631	0,149578695

24. Plano de Incentivos Atrelado a Ações - Controladora

Em 08 de setembro de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a criação do Plano de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia (“Plano de *Matching Shares* da Dimed” ou “Plano”).

O Plano de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia tem como objetivo regular a possibilidade de concessão de incentivos atrelados a ações ordinárias de emissão da Companhia a administradores e empregados que mantenham vínculo de emprego ou estatutário, visando: (i) aumentar a capacidade de atração de talentos; (ii) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos administradores e empregados, alinhando os seus interesses pessoais e profissionais com os dos acionistas; e (iii) possibilitar à Companhia a manutenção de seus profissionais, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas.

As ações concedidas como incentivo no âmbito do Plano de *Matching Shares* da Dimed não poderão ultrapassar o limite máximo de 3% das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia.

Matching Shares

Será outorgado aos beneficiários o direito a receber, gratuitamente, a proporção máxima de até 4 (quatro) e mínima de 1 (uma) Ação Matching por cada ação ordinária da Companhia adquirida no âmbito do Plano (“Ações Próprias”), até o limite estabelecido nos seus respectivos Instrumentos Particulares de Outorga de Ações e Ingresso no Plano de *Matching Shares* da Dimed, desde que cumpridas determinadas condições.

As Ações *Matching* ficarão sujeitas a um Prazo de Vesting progressivo de 4 (quatro) anos, durante o qual o beneficiário deverá manter seu vínculo com a Companhia. O Prazo de Vesting terá início na data outorga e neste prazo as Ações *Matching* se tornarão Ações *Matching* Maduras e serão liquidadas aos beneficiários nas datas especificadas a seguir:

Aniversários	Ações Matching Maduras
1º aniversário da Data de Outorga	-
2º aniversário da Data de Outorga	1/3 (um terço) do total de Ações Matching
3º aniversário da Data de Outorga	1/3 (um terço) do total de Ações Matching
4º aniversário da Data de Outorga	1/3 (um terço) do total de Ações Matching

24. Plano de Incentivos Atrelado a Ações - Controladora--Continuação

Matching Shares--Continuação

Na assinatura do contrato de outorga, o beneficiário deve autorizar expressamente o bloqueio da negociação e oneração das Ações Próprias adquiridas, durante o prazo de *Vesting*, nos registros da instituição depositária das ações escriturais da Companhia.

No mês de setembro foram outorgadas 69.760 “Ações próprias” e 200.376 “Ações *Matching*” aos participantes do Plano, sendo que até 31 de dezembro de 2020 foram realizadas adesões de 40.359 “Ações próprias”.

Foi reconhecido no resultado da Companhia no quarto trimestre de 2020 o valor de R\$601 referente ao valor justo do programa. Os valores recebidos relativos às “Ações próprias” representaram um ingresso para a Companhia de R\$988 (recebidos até a data de 31/12/2020), registrados no patrimônio líquido à conta de ações em tesouraria.

25. Resultado por ação

a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

Conforme comentado anteriormente, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de março de 2020, foi aprovada a proposta de desdobramento de ações da totalidade das ações existentes de emissão da Companhia, tanto para ações ordinárias quanto para ações preferenciais, passando cada 1 (uma) ação existente a corresponder a 30 (trinta) ações. Conforme requerido pelo IAS 33 / CPC 41, as quantidades de ações apresentadas no cálculo do resultado por ação do período corrente e do período comparativo estão afetadas pelo referido desdobramento.

25. Resultado por ação--Continuação

b) Diluído--Continuação

	31/12/2020		
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	137.994.700	13.485.690	151.480.390
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(162.865)	-	(162.865)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	137.831.835	13.485.690	151.317.525
% de ações em relação ao total	91,09%	8,91%	100,00%
Numerador			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	50.693.344	5.457.027	56.150.371
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	137.831.835	13.485.690	
Resultado por ação básico (R\$)	<u>0,37</u>	<u>0,40</u>	
Numerador			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	50.693.344	5.457.027	56.150.371
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	138.032.211	13.485.690	
Resultado por ação diluído (R\$)	<u>0,37</u>	<u>0,40</u>	
31/12/2019 (reapresentado) (*)			
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	121.994.700	13.485.690	135.480.390
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	121.994.700	13.485.690	135.480.390
% de ações em relação ao total	90,05%	9,95%	100,00%
Numerador			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	68.433.681	8.321.369	76.755.050
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	121.994.700	13.485.690	
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	<u>0,56</u>	<u>0,62</u>	

(*) a quantidade de ações divulgadas em 31 de dezembro de 2019 foi ajustada para refletir o desdobramento de ações conforme descrito acima, na nota 23.b).

As ações preferenciais recebem dividendos 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

26. Receitas

A Companhia gera receita principalmente pela revenda de medicamentos e produtos de higiene e beleza em lojas próprias ou de terceiros, sendo realizada exclusivamente para o mercado doméstico, focado na região sul do Brasil.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações do resultado do período:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Vendas brutas de produtos e serviços	2.970.699	2.854.242	2.987.128	2.873.038
Impostos sobre vendas	(123.108)	(113.659)	(129.793)	(117.606)
Devoluções e descontos incondicionais	(36.747)	(32.732)	(38.307)	(34.502)
Programa fidelidade (*)	82	3.750	82	3.750
Receita líquida	2.810.926	2.711.601	2.819.110	2.724.680

(*) A redução do saldo do programa de fidelidade deve-se ao encerramento do programa durante o exercício de 2020.

27. Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo das mercadorias vendidas	(2.158.426)	(2.069.499)	(2.133.852)	(2.046.754)
Custo dos produtos vendidos	-	-	(25.271)	(21.401)
Custo das unidades imobiliárias vendidas	-	-	-	(349)
Ressarcimento de custos com aportes	178.252	167.053	178.252	167.053
Receita verbas de campanha	2.143	1.252	2.143	1.252
Impostos sobre verbas	(16.687)	(15.568)	(16.687)	(15.568)
	(1.994.718)	(1.916.762)	(1.995.415)	(1.915.767)

São deduzidos do custo das mercadorias vendidas os valores ressarcidos pelos fornecedores de custos com locação de espaços, verbas promocionais e despesas com propaganda e publicidade, sendo que o prazo médio de ressarcimento é de 30 a 60 dias. Esse ressarcimento é reconhecido no momento em que for provável o atingimento das condições contratuais.

28. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas com vendas				
Despesas com pessoal e serviços de terceiros	(363.187)	(333.487)	(365.150)	(335.339)
Despesas com aluguéis	(30.917)	(42.856)	(28.624)	(40.540)
Desconto sobre locação de imóveis (*)	5.472	-	5.472	-
Despesas com fretes	(40.737)	(37.753)	(41.339)	(38.298)
Despesas com taxas de cartão	(27.165)	(26.631)	(27.165)	(26.631)
Despesas com publicidade	(17.215)	(19.002)	(17.535)	(19.323)
Despesas com utilidades e serviços	(24.568)	(25.832)	(24.634)	(25.912)
Despesas com depreciação e amortização	(111.344)	(89.315)	(111.407)	(89.375)
Participação dos empregados nos lucros	(3.284)	(9.719)	(3.378)	(9.821)
Participação dos administradores nos lucros	(4.346)	(4.520)	(4.346)	(4.520)
Despesas com manutenção	(4.906)	(3.520)	(4.931)	(3.532)
Despesas com consumo	(10.774)	(7.784)	(10.875)	(7.917)
Despesas de viagens e representações	(1.749)	(2.023)	(1.785)	(2.145)
Despesas com material de embalagens	(4.966)	(5.223)	(4.966)	(5.223)
Perdas com estoques	(11.861)	(9.078)	(11.861)	(9.078)
Outras despesas com vendas	(8.227)	(12.686)	(9.075)	(13.353)
	(659.774)	(629.429)	(661.599)	(631.007)
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal e serviços de terceiros	(48.303)	(40.751)	(50.263)	(43.240)
Despesas com aluguéis	(305)	(244)	(309)	(146)
Despesas com utilidades e serviços	(575)	(87)	(611)	(129)
Despesas com depreciação e amortização	(5.347)	(5.319)	(5.515)	(5.481)
Participação dos empregados nos lucros	(2.003)	(816)	(2.002)	(904)
Participação dos administradores nos lucros	(472)	(420)	(472)	(420)
Despesas bancárias	(1.320)	(948)	(1.329)	(961)
Remuneração dos dirigentes	(4.997)	(4.753)	(4.997)	(4.753)
Despesas com manutenção	(4.426)	(4.287)	(4.442)	(4.298)
Despesas com consumo	(277)	(246)	(319)	(274)
Outras despesas administrativas	(3.667)	(3.264)	(3.841)	(3.425)
	(71.692)	(61.135)	(74.100)	(64.031)

(*) Devido à pandemia da COVID-19, a Companhia obteve descontos pontuais sobre os pagamentos relacionados à despesas com locação de alguns imóveis, enquadrados como arrendamento mercantil, conforme pronunciamento técnico nº 16/2020, alterando o CPC 06 (R2). Não ocorreram quaisquer tipo de alteração na vigência desses contratos, dessa forma não houve a necessidade de fazer a remensuração dos mesmos contratos de arrendamento.

29. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita extraordinária	597	809	619	823
Receita com aluguéis de imóveis	278	140	278	140
Recuperação de créditos	3.556	4.994	9.862	6.558
Ressarcimento de diferença de caixa	216	216	216	216
Outras provisões	(4.956)	-	(4.956)	-
Custo vendas imobilizado	(1.848)	(1.938)	(1.853)	(1.951)
Outras receitas (despesas) operacionais	(16)	67	(3)	109
	(2.173)	4.288	4.163	5.895

30. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras				
Juros sobre ativos	577	1.188	583	1.212
Ganhos com operações de derivativos	11.862	519	11.989	566
Rendimento aplicações financeiras	4.842	760	5.468	1.700
Descontos financeiros obtidos	400	406	415	428
Impostos s/ receitas financeiras	(271)	(109)	(273)	(117)
	17.410	2.764	18.182	3.789

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(8.751)	(11.833)	(8.751)	(11.834)
Juros sobre mútuos	(409)	(725)	-	-
Juros passivos	(118)	(6.103)	(156)	(6.119)
Encargos financiamento	(289)	(570)	(289)	(570)
Descontos concedidos	(6.222)	(10.404)	(6.504)	(10.638)
Bonificações	-	(3)	(89)	(84)
Variação monetária	(13.241)	(915)	(13.244)	(923)
Juros de arrendamento	(26.402)	(17.023)	(26.402)	(17.023)
Instrumentos financeiros detrativos	-	(209)	-	(209)
Subvenção juros ICMS	-	5.752	-	5.752
Outras despesas financeiras	(1.444)	(1.062)	(1.602)	(1.070)
	(56.876)	(43.095)	(57.037)	(42.718)

31. Transações com partes relacionadas

a) Saldos e transações

Os montantes das transações realizadas até 31 de dezembro de 2020 pela Dimed com partes relacionadas estão sumariados a seguir:

	Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.		Laboratório Industrial e Farmacêutico Lifar Ltda.	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores	-	-	1.591	1.140
Partes relacionadas - mútuo	-	15.938	-	-
	Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.		Laboratório Industrial e Farmacêutico Lifar Ltda.	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Compra de mercadorias e serviços	-	-	45.742	34.025
Receita com prestação de serviços	2.616	2.741	-	-
Despesas financeiras	408	657	-	68
			Contas a receber de acionistas	
			31/12/2020	31/12/2019
Gastos com emissão ações (oferta secundária)			3.330	-

As transações comerciais entre as partes relacionadas são efetuadas por valores acordados entre as empresas e com prazos médios de 30 dias. O saldo referente ao contrato de mútuo é atualizado pela variação mensal da SELIC.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

No quadro abaixo, seguem informações da controladora sobre a remuneração dos administradores:

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração fixa	4.997	4.753
Encargos sociais	1.399	1.331
Participações nos resultados	4.818	4.941
Total	11.214	11.025

Estes valores estão apresentados na rubrica de "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado e detalhados na Nota 28.

32. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguro que são contratadas considerando a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra veículos, incêndio, responsabilidade civil, transporte de carga e aeronaves, dentre outras. A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros. Segue abaixo o Limite Máximo de Indenização das principais apólices contratadas:

Apólices	Valores em R\$ mil
Apólice de Veículos	Tabela FIPE + Danos Materiais + Danos Corporais
Apólices de Incêndio	R\$ 449.500
Apólices de Responsabilidade Civil	R\$31.200
Apólice de Transporte	R\$1.000 por transporte
Apólice Aeronave	R\$ 12.852*
RC Aeronave	R\$ 103.934*

* Apólice emitida em Dólar, valor convertido pelo ptax (dólar) de 31/12/2020 (R\$ 5,1967).

33. Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com os relatórios gerenciais utilizados pelo Conselho de Administração, órgão responsável pela tomada de decisões estratégicas da Companhia, para a gestão do negócio. Os segmentos da Companhia estão divididos em Varejo, Atacado e Corporativo, que contempla todos os gastos da estrutura administrativa, bem como o resultado financeiro.

O segmento Varejo possui 473 lojas que comercializam mais de 15 mil itens entre medicamentos e produtos de higiene e beleza, já o segmento do Atacado é um dos principais distribuidores de medicamentos do Brasil e também o pioneiro do país no seu segmento. O segmento Corporativo, além de englobar o Atacado e o Varejo, conta com a controlada Lifar, divisão de desenvolvimento e fabricação de cosméticos, medicamentos e alimentos, que, além de ser responsável pela produção de produtos para grandes marcas no Brasil e no exterior, também fabrica a marca própria da Panvel e a controlada Dimesul que tem por objetivo a compra, venda, intermediação, loteamento, arrendamento, aluguel, gestão e administração de imóveis próprios ou de terceiros, com vistas a centralizar e otimizar a administração dos imóveis da Companhia.

33. Informações por segmento

	Varejo		Atacado		Corporativo		Dimed S/A	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Operações continuadas								
Receita líquida de vendas e serviços	2.578.796	2.454.096	240.314	270.584	-	-	2.819.110	2.724.680
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(1.789.457)	(1.688.506)	(205.958)	(227.261)	-	-	(1.995.415)	(1.915.767)
Lucro bruto	789.339	765.590	34.356	43.323	-	-	823.695	808.913
Despesas com vendas	-	-	-	-	(661.599)	(631.007)	(661.599)	(631.007)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	-	-	-	3.932	6.520	3.932	6.520
Despesas administrativas	-	-	-	-	(74.100)	(64.031)	(74.100)	(64.031)
Ganhos em Créditos Líquidos	-	-	-	-	231	(625)	231	(625)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	789.339	765.590	34.356	43.323	(731.536)	(689.143)	92.159	119.770
Resultado financeiro	-	-	-	-	(38.855)	(38.929)	(38.855)	(38.929)
Receitas financeiras	-	-	-	-	18.182	3.789	18.182	3.789
Despesas financeiras	-	-	-	-	(57.037)	(42.718)	(57.037)	(42.718)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	789.339	765.590	34.356	43.323	(770.391)	(728.072)	53.304	80.841
Corrente	-	-	-	-	(16.087)	(14.354)	(16.087)	(14.354)
Diferido	-	-	-	-	18.934	10.268	18.934	10.268
Lucro líquido do exercício	789.339	765.590	34.356	43.323	(767.544)	(732.158)	56.151	76.755